



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS PORTOS, TERMINAIS E VIAS
NAVEGÁVEIS - CONPORTOS/DIREX/PF

**CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL TÉCNICO ESPECIALIZADO EM AÇÕES DE
TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL**

(Artigo. 25, inciso II, c/c artigo 13, inciso VI da Lei 8.666/93 – inexigibilidade de licitação)

1. OBJETO

1.1. Contratação de Profissional Técnico Especializado em Ações de Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal eventual para prestação de serviços educacionais, na modalidade presencial, para ministrar aulas como Professor das disciplinas Legislação e Plano de Segurança (LPS), Operacionalidade e Aplicabilidade do Plano de Segurança (OAPS) e Auditoria (AUD) no Curso Especial de Supervisor de Segurança Portuária — CESSP, instituído pela Academia Nacional de Polícia, conforme especificações contidas neste Projeto Básico.

1.2. Conforme previsto no inciso II do parágrafo 1º do Art. 3º da Instrução Normativa 35/2010 — DG/DPF, de 4 de agosto de 2010, considera-se PROFESSOR — servidor ativo ou aposentado do quadro de pessoal do DPF no exercício eventual do magistério, assim como a pessoa não pertencente ao quadro de pessoal do DPF, contratada para o exercício do magistério na ANP/DGP/DPF.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Academia Nacional de Polícia (ANP) é uma instituição organizada e mantida pela União, estruturada em carreira, com autonomia administrativa e financeira, diretamente subordinada ao Ministro de Estado da Segurança Pública, e tem por finalidade executar, em todo o território nacional, as atribuições previstas no § 1º do art. 144 da Constituição Federal e também as previstas na legislação complementar.

2.2. A Academia Nacional de Polícia - ANP - tem como atividade precípua formar e especializar profissionais de segurança pública para exercerem com excelência suas atribuições, além de formular e difundir a doutrina policial em defesa da sociedade.

2.3. Conforme instrução Normativa 13/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005, que define as competências específicas das unidades centrais e descentralizadas do Departamento de Polícia Federal e as atribuições de seus dirigentes, a Academia Nacional de Polícia compete:

Art. 119. À Academia Nacional de Polícia compete:

I - formar o pessoal selecionado por meio de cursos específicos;

II - promover ações de ensino, formação e especialização focadas no desenvolvimento de profissionais de segurança pública, por meio de cursos e eventos similares;

III - desenvolver atividades relativas às programações orçamentária e financeira, na sua área de atuação;

IV - elaborar planos, estudos e pesquisas, visando ao estabelecimento de doutrina orientadora em alto nível das atividades policiais do país;

V - promover a difusão de matéria doutrinária, legislação, jurisprudência e estudos sobre a evolução dos serviços e técnicas policiais;

VI - propor , articular e implementar intercâmbio de informações com as escolas de polícia do país e organizações congêneres estrangeiras, objetivando ao aperfeiçoamento e a especialização dos servidores policiais;

VII - elaborar estudos de viabilidade e propor contratos, convênios e instrumentos afins com órgãos e entidades congêneres, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, tendo em vista o assessoramento, o planejamento e a execução de atividades de ensino, treinamento e desenvolvimento profissional ou as que ofereçam produtos e serviços de interesse do DPF;

VIII - proceder ao recrutamento e à seleção de servidores para cursos de treinamento, especialização, aperfeiçoamento, estágios e outras atividades de ensino no país e no exterior;

IX - promover , por meio dos setores competentes, a investigação social dos candidatos de concursos públicos e o levantamento das habilitações e informações do estado disciplinar dos servidores inscritos em processo seletivo;

X - conferir diplomas ou certificados relativos às ações de ensino e atividades instituídas;

XI - conceder bolsas de estudo e prêmios no interesse de atividades desenvolvidas na área de segurança pública;

XII - prestar assessoramento técnico as unidades centrais e descentralizadas, no âmbito de suas competências, quando solicitado.

2.4. O art. 135 do mesmo normativo estabelece que ao Setor de Formação Policial – SEFORM, compete:

Art. 135. Ao Setor de Formação Policial compete:

I - coordenar , promover e fiscalizar o ensino das disciplinas do ciclo profissionalizante nos diversos cursos de formação policial instituídos;

II - articular-se com as demais unidades subordinadas a DIDH/COEN/ANP/DGP, tendo em vista associar conteúdos programáticos interdisciplinares voltados a sua área de atuação;

III - colaborar com o SAVAL/COEN/ANP/DGP, fornecendo subsídios para a elaboração de planos instrucionais e de cursos sobre as disciplinas de formação policial;

IV - coordenar , controlar , revisar e fiscalizar a padronização e reprodução do material didático das disciplinas de formação policial;

V - promover estudos e pesquisas sobre as atividades-fim do DPF, objetivando atualizar , normalizar e, se necessário, elaborar manuais sobre os conteúdos programáticos na sua área de atuação;

VI - fornecer orientação didática e bibliográfica relacionada aos cursos de formação policial.

VII - sugerir a contratação de profissionais na área de docência e apoio as atividades do setor, instruindo o processo, após a autorização;

VIII - atualizar , manter e controlar os cadastros curriculares dos docentes, palestrantes e conferencistas das disciplinas de formação policial.

2.5. Cabe ainda destacar o previsto na IN nº 35/2010-DG/DPF, que disciplina o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso:

Art. 31. O exercício de qualquer atividade de ensino na ANP/DGP/DPF será antecedido de análise e seleção curricular , onde serão observados a inexistência de restrições ou sanções disciplinares, a expertise, o comprometimento com o Serviço Público, a competência laboral, a afinidade à docência e o relacionamento interpessoal, dentre outros fatores.

Parágrafo único. Estas exigências serão dispensadas quando se tratar de Palestrante indicado pela Direção-Geral, Diretores, Corregedor-Geral e ou convidado pelo Diretor da

ANP/DGP/DPF, pelo Coordenador de Ensino ou pelo Coordenador de Altos Estudos em Segurança Pública.

Art. 32. O Recrutamento e a Mobilização de Servidores ao exercício de atividades de ensino na Academia Nacional de Polícia é medida prioritária e de estratégico interesse do DPF, sendo que em razão da especificidade das ações de ensino tais solicitações deverão ser nominais, em documento que apresente os motivos que ensejaram a escolha do servidor.

2.6. Assim, a presente contratação visa atender plenamente as atribuições do Setor de Formação e capacitação de servidores públicos, policiais e administrativos, quanto à contratação de profissional técnico especializado para ministrar aulas de Plano de Segurança e Legislação (PSL).

3. ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS

3.1. Prestar serviços educacionais, na modalidade presencial, da disciplina de Plano de Segurança e Legislação, objetivando desenvolver nos alunos conhecimentos para cumprir com os deveres e responsabilidades previstos no Código Internacional de Proteção de Navios e Instalações Portuárias (Código ISPS), na qualidade de Supervisor de Segurança Portuária.

3.2. No tocante às atribuições do professor, elas estão previstas no artigo 20 da IN nº 35/2010, que determina:

Art. 20. Compete aos professores no âmbito das disciplinas que se encontram designados:

I — elaborar questões de provas objetivas ou subjetivas, seus valores, respectivos gabaritos e critérios de correção, devendo ser entregues ao setor competente com a antecedência mínima de 10 (dez) dias em relação a aplicação da verificação de aprendizagem, no sentido de permitir a competente avaliação técnico-pedagógica;

II - corrigir questões de provas subjetivas;

III - corrigir trabalhos individuais ou em grupo;

IV — aplicar e avaliar as provas de caráter técnico, prático e de conhecimento específico; V— elaborar planos de aula; VI — elaborar e preparar o material didático;

VII — estudar e pesquisar a respectiva disciplina;

VIII — apreciar , discutir e responder a eventuais recursos sobre questões de provas e avaliações; e

IX - reunir-se com outros professores e com o representante da ANP/DGP/DPF, visando a padronização e ao aperfeiçoamento do ensino.

§ 1º "O exercício das tarefas citadas nos incisos V, VI, VII e IX não implica a percepção de Gratificação, posto que constituem atribuições inerentes ao desempenho normal das atividades de docência.

§ 2º "O professor somente fara jus a percepção de gratificação a que se refere o inciso I do caput, pelas questões efetivamente utilizadas na prova.

4. LOCAL E PRAZO PARA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO

4.1. A prestação dos serviços educacionais deverá ser realizada no período no período de 04 (quatro) a 15 (quinze) de julho de 2022 no complexo portuário de Itaguaí no Estado do Rio de Janeiro.

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO CURSO

5.1. O curso a ser desenvolvido seguirá as diretrizes estabelecidas nos Planos de Disciplina, elaborados pela Coordenação de Ensino — COEN, e compreenderá 03 (três) módulos com a carga horaria total de 36 horas-aula para cada turma. Sublinhe-se que, nas duas semanas de curso, serão ministradas aulas simultaneamente em 03 turmas por semana.

6. DA REMUNERAÇÃO E DA ESTIMATIVA DE CUSTO

6.1. Em relação à remuneração a ser paga ao contratado, ela se baseia no que determina o artigo 9º, da Instrução Normativa nº 035/2010-DG/DPF, de 04 de agosto de 2010, publicada no Boletim de Serviço nº 149, de 05 de agosto de 2010.

6.2. Atualmente, conforme determina a Tabela de Percentuais da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso a ser pago pela Academia Nacional de Polícia, anexa a mesma Instrução Normativa, em cumprimento ao disposto no art. 76-a da lei 8.112/90 c/ os parâmetros regulamentares fixados pelo decreto nº 6.114/07, a hora-aula de PROFESSOR é remunerada em R\$ 157,68 (cento e cinquenta e sete reais e sessenta e oito centavos) em razão de Especialização.

6.3. Assim, tendo em vista que para o Curso Especial de Supervisor de Segurança Portuária — CESSP o professor ministrará aproximadamente 40 h/a, fazendo jus a receber o total estimado de R\$R\$ 6.307,20 (seis mil e trezentos e sete reais e noventa e vinte centavos).

7. DA SELEÇÃO DE PROFESSORES

7.1. Conforme anexo XI do Manual do Professor da ANP, a seleção de professores é responsabilidade da Direção da ANP, juntamente com a Direção-Geral da PF. A seleção de professores e a organização das disciplinas são realizadas na ANP pela COEN e pela CESP. Alguns critérios observados:

- a) Afinidade com a docência (interesse, motivação e vontade de ser professor);
- b) Aprovação nos cursos de formação de professor (EaD, presencial e/ou domínio técnico);
- c) Experiência como professor da ANP;
- d) Avaliação da ANP do trabalho do professor;
- e) Avaliação das chefias imediatas (da ANP);
- f) Avaliação do professor titular sobre o trabalho individual (segundo critérios da DIDH) ou desempenho como professor titular (avaliado pela DIDH);
- g) Avaliação dos alunos;
- h) Capacidade de trabalho em equipe e de relacionamento interpessoal;
- i) Compromisso e comprometimento com a ANP, PF e com a docência;
- j) Consultas à Corregedoria Geral da PF (Coger);
- k) Curriculum vitae (lates);
- l) Domínio de conteúdo;
- m) Domínio didático-pedagógico;
- n) Domínio da língua portuguesa culta nas formas escrita e falada;
- o) Experiência como professor em outras instituições;
- p) Experiência profissional na área;
- q) Experiência profissional (competência laboral);
- r) Postura ético-profissional.

8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. O contratado deverá apresentar documentação de habilitação para prestação de serviços educacionais: Curriculum, cópia de comprovação da maior titulação acadêmica, Certidão Negativa de Débito Fiscal. (Lei n.º 8.666/93, art. 29, III) e Certidão Negativa de Débito Trabalhista. (Lei n.º 8.666/93, art. 29, III).

8.2. O Supervisor do Curso deveser inserir os dados constantes da Ficha Cadastral do Docente no sistema EDUCA.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. Responsabilizar-se integralmente pela prestação de serviço, observando a legislação vigente e os normativos do PF, em especial a Instrução Normativa 35/2010 — DG/DPF, de 04 de agosto de 2010, Instrução Normativa 13/2005- DG/DPF, de 15 de junho de 2005, Regime Escolar da ANP e Manual do Professor da ANP (2012).

9.2. Executar os serviços no local indicado, observando rigorosamente as especificações e exigências estabelecidas neste Projeto Básico;

9.3. Prestar o serviço dentro do prazo estabelecido neste Projeto Básico;

9.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, atendendo de imediato as reclamações;

9.5. Manter, durante o período de execução contratual, todas as condições que ensejaram sua habilitação e qualificação.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA

10.1. Efetuar o pagamento nas condições e prazos pactuados.

10.2. Notificar o contratado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

10.3. Fornecer por escrito as informações necessárias para a prestação do serviço, fornecendo todas as facilidades para seu efetivo cumprimento;

10.4. Designar um servidor especialmente para acompanhar e fiscalizar a prestação de serviço, a ser indicado pelo setor demandante, anotando em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, sendo que as decisões e providências que ultrapassarem sua competência deverão ser solicitadas em tempo hábil para adoção das medidas convenientes;

10.5. Não permitir a execução contratual em desacordo com o preestabelecido;

10.6. Efetuar controle da execução contratual;

10.7. Notificar o contratado quanto ao pagamento do serviço prestado, após anuência do fiscal, cujo pagamento será realizado mediante o depósito de ordem bancária;

11. DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento das obrigações presentes neste instrumento implicará nas sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/90:

11.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Projeto Básico ou no Termo de Compromisso, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as penalidades de: a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação; b) Multa: indenizatória, de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total; c) Impedimento de contratar com a Academia Nacional de Polícia Federal pelo prazo de até dois anos;

11.3. A recusa injustificada da Adjudicatária a assinar o Termo de Compromisso, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

11.4. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

11.5. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de

contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta seleção: a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos; b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

11.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

11.9. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Brasília, 27 de junho de 2022.

MARCELO JOÃO DA SILVA
Delegado de Polícia Federal
Presidente da CONPORTOS



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO JOAO DA SILVA, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 27/06/2022, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **23869360** e o código CRC **0E550F17**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS PORTOS, TERMINAIS E VIAS
NAVEGÁVEIS - CONPORTOS/DIREX/PF

ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

JUSTIFICATIVA PARA A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Descrição detalhada da qualificação técnica e notório conhecimento

Considerando o disposto no art. 32 da Instrução Normativa nº 35/2010-DG/DPF, de 04 de agosto de 2010, publicada em 09 de setembro de 2010, no boletim de serviço 173/DPF, in verbis:

*Art. 32. O Recrutamento e a Mobilização de Servidores ao exercício de atividades de ensino na Academia Nacional de Polícia é medida prioritária e de estratégico interesse do DPF, sendo que em razão da especificidade das ações de ensino tais solicitações **deverão ser nominais, em documento que apresente os motivos que ensejaram a escolha do servidor.***

Considerando tratar, o presente processo, de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI da Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública, que ampara a contratação direta por inexigibilidade de licitações, nas hipóteses de contratação para treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal;

Considerando que o Capitão de Mar e Guerra CARLOS ALEXANDRE COSTA DE OLIVEIRA possui vasta experiência na área portuária por atuar como Oficial de Ligação e representante da Marinha do Brasil, bem como representar o Ministério da Defesa na Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos), tendo participado de diversas auditorias, inspeções e iniciativas implementadas pela Conportos;

Considerando a previsão contida no art. 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI da Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública, a natureza singular do serviço e a notória especialização do servidor que possui experiência, amplo domínio do assunto, didática e capacidade ímpar de comunicação;

Considerando que o evento tem por fim promover a certificação dos profissionais que atuam como Supervisores de Segurança Portuária, os quais são responsáveis, por exemplo, pela coordenação e implementação das medidas assinaladas no plano de segurança das instalações portuárias, bem como pelo fomento da conscientização de todos os integrantes da empresa acerca dos aspectos de segurança pela perspectiva do Código ISPS;

Considerando que a presidência desta CONPORTOS - Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - enxerga no evento de capacitação do Supervisor de Segurança Portuária um reforço estrutural no sistema de prevenção e repressão a ilícitos nas instalações portuárias nacionais, na medida em que, quando o profissional certificado desempenha seus encargos, ele funciona como a primeira linha de defesa do aparato de segurança pública, sendo capaz inclusive de funcionar como fonte humana de inteligência

Considerando as profundas e rápidas transformações do mundo atual, com a sociedade cobrando cada vez mais da Administração Pública respostas precisas para suas demandas, e que neste contexto as entidades da Administração tomaram consciência da necessidade imperativa de investir em recursos humanos, formando profissionais capacitados e atualizados para o desempenho de suas funções;

Considerando que esta preocupação com a formação profissional torna-se ainda mais relevante quando diz respeito a pessoas atuando em situações críticas, sendo que desses profissionais, dentre outras capacidades, espera-se que sejam capazes de tomar atitudes e decisões corretas e coerentes para o gerenciamento e negociação em crises;

JUSTIFICA-SE a contratação do Capitão de Mar e Guerra CARLOS ALEXANDRE COSTA DE OLIVEIRA para atuar como Professor do Curso Especial de Supervisor de Segurança Portuária (CESSP) - 2022 - nas disciplinas Legislação e Plano de Segurança (LPS), Operacionalidade e Aplicabilidade do Plano de Segurança (OAPS) e Auditoria (AUD) com fundamento no art. 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI da Lei 8.666/93.

MARCELO JOÃO DA SILVA
Delegado de Polícia Federal
Presidente da CONPORTOS



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO JOAO DA SILVA, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 27/06/2022, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **23869860** e o código CRC **EA03BABB**.



Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Encerrar Inexigibilidade

30/06/2022 18:05:31

Pedido de Cotação Eletrônica



Esta inexigibilidade estará disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

Resumo da Dispensa/Inexigibilidade

Órgão

30108 - DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL

UASG de Atuação

200340 - ACADEMIA NACIONAL DE POLICIA - DF

Modalidade de Compra

Inexigibilidade de Licitação

Nº da Compra

00054/2022

Lei

Lei nº 8.666

Artigo

Art. 25º

Inciso

II

Percentual de enquadramento da instituição

10 %

Objeto

Contratação de profissional técnico especializado para atuar como professor das disciplinas Legislação e Plano de Segurança, Operacionalidade e Aplicabilidade do Plano de Segurança e Auditoria do Curso Especial de Supervisor de Segurança Portuária instituído pela Academia Nacional de Polícia

Quantidade de Itens

1

Valor Total da Compra (R\$)

6.607,60

Data da Declaração

30/06/2022

Encerrar Compra

Inexigibilidade